IMS INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Medicina Social

A Ingovernabilidade Brasileira

José Luis Fiori

Agosto / 1992

Diretor: José C. Noronha
Comissão de Publicação: Cid M. de Mello Vianna
Michael Reichenheim
Joel Birman
Secretária : Regina A. Marchese
Editoração Eletrônica: Sergio I. Amato
Nota: A série "Estudos em Saúde Coletiva" é uma publicação de textos para discussão, do Instituto de Medicina Social - IMS, de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es)

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Medicina Social - UERJ

F519 Fiori, José Luis
A ingovernabilidade brasileira. / José Luis Fiori. — Rio de Janeiro: UERJ/ IMS, 1992.
12p. — (Série Estudos em Saúde Coletiva; n. 8)

1. Brasil - política e governo. I.Título. II.Série.

CDU 32(81)

A INGOVERNABILIDADE BRASILEIRA*

JOSÉ LUIS FIORI**

Na década de setenta o tema "ingovernabilidade" passou a ocupar posição de destaque na agenda dos debates acadêmicos e políticos dos países capitalistas centrais. Entre os principais fatos e sintomas que ajudaram a criar o sentimento de que as democracias ocidentais de massa marchavam inevitavelmente para uma situação de ingovernabilidade estão a revolução de 68, na França e em vários outros países europeus, a grande ofensiva sindical que se iniciou nesta época, os diversos desdobramentos políticos dos movimentos de contra-cultura, a multiplicação dos movimentos sociais a favor da paz, das minorias ou da ecologia, a perda de fôlego militante e eleitoral dos partidos políticos e a ascensão do terrorismo em alguns países. Além disso, a crise econômica internacional, as crises fiscais dos Estados e a impotência das políticas de perfil keynesiano também deram sua contribuição.

Vários autores de direita viram nestes acontecimentos os sintomas de uma crise mais profunda, caracterizada por eles como um "overloaded government". Entre outros, Brittan e Huntignton acreditavam que estes fatos eram conseqüência de um "excesso de democracia". Baseado nesta convicção eles defenderam propostas que visavam desativar o nível de organização e participação da população e diminuir a presença social e econômica do Estado. Este

---

* *Este texto é uma transcrição da conferência com o mesmo título, realizada na Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 3 de Novembro de 1991.*

** *Prof. do Instituto de Medicina Social da UERJ e do Instituto de Economia Industrial da UFRJ.*

projeto alimentou as vitórias neoconservadoras e organizou as políticas neoliberais, hegemônicas nos anos oitenta.

Teóricos de esquerda, como Habermas e Off, viram nestes mesmos acontecimentos sinais de uma dupla crise dos capitalismos avançados: uma "crisis of rational administration" e uma "legitimation and motivation crisis". Em geral este diagnóstico convergia para a idéia de uma "democracia participativa expansiva", rigorosamente oposta ao pensamento defendido pela Direita.

Na América Latina em geral, e no Brasil em particular, o tema "ingovernabilidade" só passou ao primeiro plano das discussões e preocupações nos anos oitenta. Ele chegou por um caminho bem distinto do países centrais, e numa hora em que quase todo o continente era governado por regimes autoritários, que desautorizavam qualquer tipo de explicação ou teorização que partisse da idéia de "excesso democrático". No Brasil, a crise da dívida externa esteve na raiz do processo que, a partir de 1979, corroeu as bases fiscais e financeiras do Estado, e, logo depois, de toda a economia, abrindo as portas para uma década de *estaginflação* e instabilidade política e macroeconômica.

Neste contexto, as políticas públicas perderam eficácia e os governos e as próprias leis credibilidade, criando-se uma situação de desobediência civil crônica e de crescente ingovernabilidade. A crise acabou atingindo, de forma mais profunda e radical que nos países mais avançados, os governos, o regime político e o próprio Estado. Isto poderia ter sido superado mais facilmente, se, por detrás desta ingovernabilidade mais visível, não estivéssemos enfrentando simultaneamente o esgotamento de um pacto e de uma estratégia que sustentaram e orientaram a ação do Estado Brasileiro durante longo ciclo desenvolvimentista.

Mas não vamos voltar, nesta conferência, a esta tese, que já desenvolvemos longamente em vários trabalhos, particularmente em nossa tese de doutoramento e para professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Necessitamos apenas ter em mente o fato óbvio de que nem toda situação de ingovernabilidade indica ou coincide com uma crise mais profunda e orgânica do próprio Estado. Esta é uma diferença básica entre a

ingovernabilidade vivida pelos países centrais nos anos setenta e a nossa crise de ingovernabilidade, que se arrasta até a entrada dos anos noventa.

Numa definição rápida e mais formal, podemos considerar a "crise de governabilidade" como uma perda da capacidade de mando. Geralmente ela ocorre quando fragiliza-se a força e reduzem-se em excesso os recursos do governo. Estas situações levam à erosão daquilo que Max Weber considerava essencial à própria definição do Estado, isto é, o monopólio do uso da força num determinado território. Quando o uso da força encontra-se obstruído ou fragilizado, enfrentamos uma situação de erosão do poder estatal, do poder de governar.

Vários motivos podem levar à perda de força, como, por exemplo, a redução da receita, no caso de Estados mantidos predominantemente por recursos fiscais. Mas independente do ponto de vista fiscal, o governo pode perder força e legitimidade junto à população e não encontrar resposta positiva ao seu mando; ordenar e não ser obedecido. Como dizia um ministro de economia: *"a gente tem feito tudo direitinho, a gente manda e a sociedade não obedece"*. E é exatamente o fato de *mandar e a sociedade não obedecer*, que caracteriza a falta de legitimidade ou de credibilidade do poder estabelecido.

Dita desta maneira, esta afirmação nos parece muito problemática e perigosa, pois muitos poderiam acreditar que a única solução possível, neste caso, seria o aumento autoritário do poder dos governos. Mas os fatos ocorridos na Argentina durante a década de 70 comprovam que isto não é suficiente. A política liberal radical, implantada pelo Ministro da Fazenda Martinez de Hoz e apoiada pelo regime ferozmente autoritário, terminou arrasando a economia do país.

O mesmo está acontecendo hoje em outra situação limite, na Iugoslávia, onde o governo perdeu a capacidade de comando em todos os sentidos e há demonstrações claras de que o Estado se esfacelou. No Brasil ainda não chegamos, nem de longe, a uma situação parecida. Todavia há sinais inequívocos que já estamos vivenciando uma perigosa perda da capacidade do comando do país, perceptível nos vários planos seguintes:

1. Perda de capacidade de controle da ordem.

A lei antecede a moeda. Como Adam Smith já havia percebido, sem lei não há moeda. Mas os monetaristas continuam tendo dificuldade em aceitar este fato.

Há espaços crescentes do nosso país que se tornaram amplos "Territórios da Ilegalidade". Assim como o mercado tem uma espécie de compulsão implacável à universalidade, a lei também tende a se expandir para onde está articulada uma estrutura homogênea de poder. Em outras palavras, enquanto não for rompido o Estado Nacional, a lei tende a homogeneizar os espaços. Não deveria haver vácuo frente à lei, e todo território livre deveria ser ocupado e gerido pelo Estado.

No Brasil, um dos temas que mais têm ocupado nossa imprensa é o da violência e o da impunidade. Multiplicam-se fatos e divulgam-se acontecimentos que negam a lei e desafiam um poder judiciário impotente. Poderia dizer que ao lado de uma *economia submersa*, vem se constituindo em nosso país, de forma cada vez mais rápida e assustadora, uma *justiça* e uma *legalidade submersa*. O Rio de Janeiro é o que mais aproxima do protótipo a que nos referimos.

Como em largas faixas do campo brasileiro, existem hoje nas grandes cidades verdadeiros "Territórios de Ilegalidade", rigorosamente impenetráveis. Bairros, tanto de classe alta quanto de classe baixa, feudalizam-se sobre o comando de suseranos locais atrincheirados em fortalezas muradas, com suas próprias guardas particulares que cuidam dos portões dos senhores ou supervisionam o trabalho de uma nova espécie de servidão urbana. Verdadeiros *Barões-Ladrões*, que controlam bairros e favelas e muitas vezes executam a justiça com sua próprias mãos.

Nestes bolsões de ilegalidade pratica-se uma justiça que nasceu como contra-face *popular* do arbítrio e do casuísmo praticados de forma crônica pelas nossas elites e pelo Estado durante o regime autoritário. Naquela época o casuísmo significava interpretações *ad hoc* de uma legislação que deveria adaptar-se, de acordo com as circunstâncias, aos interesses dos vitoriosos de cada momento. Radicalizando, talvez pudéssemos afirmar que esta foi uma marca característica do próprio Estado Desenvolvimentista. É como se nós não tivéssemos assistido durante esses anos de desenvolvimentismo no Brasil uma universalização do mercado que sempre foi muito mais a companheira de

Hobbes do que companheira de Locke ou companheira de Calvino. É um mercado que sempre foi empurrado pelo utilitarismo, pela maximização individualista e com escassíssimo respeito pela idéia de que determinadas regras precisam ser comum a todos, o princípio mais elementar da convivência plural, liberal e democrática.

2. Perda do controle da moeda;

O Estado moderno assentou-se em três pilares: moeda, lei e canhões, ou, em ordem de importância: canhões, moeda e lei. Mas para funcionar sempre teve necessidade de uma burocracia, que cunhasse a moeda, recolhesse os impostos, e fizesse cumprir a lei depois da passagem dos canhões.

Para o Estado brasileiro a perda de capacidade de controle da moeda, tem sido tão preocupante e séria quanto a perda de capacidade de aplicação da lei, que estivemos referindo. Este fenômeno tem se manifestado de forma mais aguda, graças à alta inflação crônica dos anos 80. Mas o aspecto mais grave desta impotência estatal não está na sua incapacidade de controle da inflação e sim no fato de que o governo já não é mais nem o único nem o principal controlador da oferta de moeda no mercado. É como se a cunhagem fosse autônoma ao governo. Com isto ele perde a capacidade de controlar o valor da moeda, mesmo quando impõe uma política de juros altos. Ele não tem mais o controle efetivo e total da moeda disponível no mercado.

Sobre essa segunda dimensão da ingovernabilidade, que se aguçou nos anos recentes, gostaria de fazer um comentário provocador, sugerindo que esta dimensão também foi uma marca permanente do Estado Desenvolvimentista. E mais ainda, ela foi uma condição essencial do seu sucesso, inaugurada com a ruptura do padrão ouro no final da I Guerra Mundial. Desde então, com exceção de alguns pequenos períodos, o Estado Brasileiro trabalhou com uma moeda fiduciária que lhe permitiu arbitrar o valor do dinheiro quase com a mesma liberdade com que arbitrou o valor das leis. Residia nisto a maior fragilidade de nossa experiência desenvolvimentista. Os atores sociais, os agentes econômicos e os próprios políticos jamais tiveram claro qual era o verdadeiro valor do dinheiro ou a verdadeira eficácia da lei.

3. *Perda da capacidade de auto-financiamento ou crise fiscal;*

A partir de 1983-85 o Estado perdeu progressivamente sua capacidade de auto-financiamento. Não deixou apenas de investir, mas tem cada vez mais dificuldade de manter o seu próprio custeio. O Estado deve e não nega, mas tampouco paga. E esta inadimplência tem destruído as condições mais elementares e indispensáveis ao bom funcionamento das burocracias públicas.

Já no governo Collor esta situação tornou-se ainda mais aguda com a decisão de levar à frente uma rigorosa medida ortodoxa de estabilização da moeda, passando por um achatamento fiscal sem precedentes na história brasileira. Mas esta dificuldade também nos remete a um outro aspecto da trajetória pregressa do nosso desenvolvimentismo. As crises fiscais são um fenômeno que reaparecem de forma cíclica na trajetória do Estado Desenvolvimentista brasileiro. Esse Estado viveu crises fiscais periódicas durante todos os seus 50 anos de sucesso. Crise que resultaram, antes de nada, da resistência permanente de nossas elites e das nossas classes médias a todo e qualquer aumento dos tributos. Mas estas crises agravaram-se na medida em que, em paralelo ao aumento das necessidades fiscais do Estado foi se estreitando, em termos relativos, a massa dos contribuintes, graças a uma distribuição cada vez mais regressiva e dispersa de renda nacional. De tal maneira que hoje, para uma população de 140 milhões de brasileiros, temos cerca de três milhões de contribuintes, que evidentemente resistem a qualquer reforma fiscal que vise revitalizar as finanças públicas. Devemos ter presentes que com a recessão em curso e a sonegação a carga fiscal brasileira alcança hoje algo em torno de 20% do PIB, quando até mesmo na América Latina a média fica em torno de 25% e nos países europeus supera a casa dos 40%. Nos anos de oitenta, a chamada década neoconservadora ou neoliberal, a carga fiscal média dos países europeus subiu, em vez de baixar, passando de algo em torno de 42% para aproximadamente 48%. Estranho fruto de uma era neoliberal.

No Brasil, segundo o cálculo mínimo dos economistas, a recuperação fiscal do Estado, exigiria dez a doze por cento a mais na arrecadação. O que, no caso de uma economia em crescimento, tomaria pelo menos uma década para ocorrer. Como estamos numa situação de recessão profunda, a previsão que se pode fazer pelo lado fiscal, é extremamente pessimista. O Estado Brasileiro é hoje efetivamente

um estado falido e sem perspectivas próximas de recuperação financeira.

4. *Perda de capacidade de financiamento de investimento;*

Volto a afirmar que crises fiscais são uma marca crônica do Estado Desenvolvimentista. Só que geralmente elas foram resolvidas através de algum tipo de recurso ou endividamento externo, sobretudo para sustentar a capacidade de investimento estatal, peça chave da nossa estratégia de industrialização. Mas atualmente esta saída está prejudicada pelo nosso endividamento externo e pela própria reorganização em curso da ordem econômica internacional, desenhando uma fatídica conjunção de crise fiscal interna com crise financeira internacional. Isto tira do Estado toda e qualquer perspectiva de retomada de seus investimentos.

Esgotou-se portanto, e cremos que por longo tempo, a capacidade do setor público de alavancar qualquer tipo de crescimento a partir de seus próprios investimentos, como resultado do golpe mortal no setor público a partir da subida das taxas de juros norte-americanas em 1978 e da conseqüente estatização da nossa dívida privada. Na verdade, o golpe final foi dado pela moratória mexicana de 82, quando fomos alijados do sistema financeiro internacional. Poderíamos mesmo dizer que em 1982 morreu o tripé sobre o qual esteve assentada nossa industrialização. Naquele momento o nosso sócio externo se retirou e faliu o grande sócio interno. Desde então o sócio menor, o nosso capital nacional, passou a investir, sobretudo na ciranda financeira, especulando em cima da falência de quem foi o seu grande *condotiere*, o Estado Desenvolvimentista.

5. *Perda da capacidade de desenhar os novos horizontes de investimento;*

Poderíamos acreditar que isto é uma mera conseqüência dos pontos anteriores, pois se os recursos são escassos e não há financiamento, não há o que investir. Mas há um outro fenômeno estrutural na década de 80 que, para bem ou para o mal da nossa crise, se soma aos nossos desequilíbrios macro-econômicos. Uma grande transformação tecnológica e organizacional, que tem sido chamada de III Revolução Industrial e que vem tendo no Japão sua ponta de lança.

Com o II PND do governo Geisel completamos, com cem anos de atraso, o programa desenhado pela II Revolução Industrial. O da primeira havíamos completado em 1930, portanto um século depois da Europa. Mas hoje as mudanças andam mais rápidas, não se pode esperar cem anos e talvez o novo modelo não seja tão facilmente copiável, se não foi difícil seguir o desenho manufatureiro proposto pelos Estados Unidos no pós II Guerra Mundial, hoje parece muito difícil saber quais seriam os nossos novos horizontes de investimento na perspectiva da *Terceira Revolução Industrial* em curso.

6. *Perda de capacidade de articular o atraso e a modernidade;*

O Estado Desenvolvimentista se sustentou sobre uma grande coalizão social e política, que soube manter juntos, de maneira inteligente e perversa, os setores mais atrasados e os mais modernos de nossa vida social e econômica. Com o crescimento continuado e a proteção estatal todos puderam sobreviver, preservando seus interesses particulares e transferindo os custos deste grande *trenzinho da felicidade* para o Estado. Esta foi a fórmula que o Estado Desenvolvimentista, hoje em crise, usou para sustentar-se politicamente, subsidiando a convivência sem exclusão do atraso com a modernidade. Foi o que nós chamamos, em um outro texto, de solução *fuga para a frente*. Apesar das produtividades diferenciadas, todos mantinham altas margens de lucro, sustentadas no crédito fácil alimentado pela inflação e pelo endividamento.

7. *Perda de capacidade de manter sob controle o processo de incorporação dos novos atores e das novas demandas sociais;*

De certa maneira, de 1930 até 85, as nossas elites e sua coalizão modernizante, conservadora e desenvolvimentista, soube manter o povo, como se dizia em outros tempos, no seu "devido lugar". Para esse fim usava-se ora a polícia, ora diferentes formas de cooptação e clientelismo. Mas no Brasil (ao contrário do que aconteceu no Chile e na Argentina) conseguiu-se manter sob controle a multiplicação de demandas. No México, onde a cooptação foi efetivamente autoritária, ainda foi pior. Este controle foi realizado num quadro absolutamente fantástico de transformações sociológicas e demográficas que se deram entre os anos 50 e os anos 80. O Estado autoritário e desenvolvimentista também foi eficiente em manter com a utopia do crescimento a expectativa coletiva de algum tipo de sucesso e mobilidade social no futuro.

A partir de 78-79 e durante a década de 80 essa crença se rompeu, e, hoje, em meio à crise, fala-se da possibilidade de retorno ao autoritarismo. Particularmente não acreditamos muito nisso. Mas nossa opinião não se baseia em uma lógica fácil de populismo/autoritarismo, e sim, leva em consideração o fato de a sociedade estar cada vez mais industrializada e complexa.

8. *Perda da capacidade de impor-se às instâncias subnacionais: a guerra fiscal;*

Uma pesquisa recente de um jornal daqui relata que na cidade de Porto Alegre mais de 30% da população é favorável à separação do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina do resto do país. O mesmo acontece com os nordestinos que também começam a dar sinais de separatismo. Mas, o que mais espanta é a visão não litigiosa do processo. Nenhuma proposta se aproxima da sugestão de Madame Cressont na França, de colocar os imigrantes em aviões e mandá-los de volta para seus territórios de origem. O que cremos que está por detrás desta aspiração ainda insipiente, é uma disputa política em torno aos escassos recursos fiscais e de investimento. Disputa que se fará cada vez mais feroz, e que, prevemos, acabará jogando uns contra os outros, os velhos aliados que couberam juntos durante tantas décadas na grande nau desenvolvimentista. Não dispomos de bola de cristal para prever se existirá algum tipo de luta separatista no futuro próximo. Mas estamos absolutamente seguros que aquilo que hoje aparece sobre a forma de uma crise fiscal deverá adquirir contornos cada vez mais políticos e violentos, chegando talvez, em algum momento, a por em risco a própria unidade nacional.

9. *Deterioração acelerada das burocracias do Estado.*

Desde Vargas o Estado Brasileiro tem uma organização burocrática bifurcada. A burocracia econômica tem sido fortemente meritocrática, competente, e a formação dos quadros é de alto nível, mas apresenta muito pouca sensibilidade para as demandas sociais. O país soube montar grandes burocracias, como o BNDES, a Petrobrás, as

empresas públicas, o Itamarati, etc. Mas suas burocracias propriamente sociais sempre foram muito permeáveis às demandas do clientelismo, e por isso foram sempre muito pouco meritocráticas e apresentaram baixo nível de qualificação técnica. Foram necessários 50 anos para montar essas burocracias mais competentes que hoje vem sendo desmontadas como conseqüência da própria crise fiscal e do ataque ideológico neoliberal que vê, equivocadamente, nelas a razão do gigantismo estatal gerado pelas necessidades da coalizão com o atraso à qual acabamos de nos referir. Estes ideólogos de plantão não percebem que em nome de iras equivocadas, estão destruindo algo que tornará novamente décadas para ser reconstruído.

Conclusão

Esta situação de ingovernabilidade de que estivemos falando começou a se desenhar no anos setenta. Na entrada dos anos 90 tem-se a sensação de que ela foi conseqüência de uma necessidade implacável e irreversível, o que não corresponde à realidade. Na verdade, ela foi o resultado de opções e decisões estratégicas tomadas por nossos principais atores políticos e econômicos.

Gostaríamos de chamar a atenção no final desta palestra para algumas decisões e fatos políticos que nos parece haver pesado decididamente nesta perda de comando do Estado Central.

Em primeiro lugar esteve, como é sabido, o resultado das eleições ocorridas em 74, e a opção estratégica do governo Geisel, por uma estratégia de abertura política controlada.

Em segundo lugar, gostaria de chamar a atenção para o momento em que esta estratégia fracassa,em 1982, quando morre Petrônio Portela e a bomba do Riocentro desaloja Golbery do comando estratégico da abertura controlada. Apesar de todas as ressalvas que possamos fazer, a estratégia de transição concebida pelo general Golbery, apontava para algo muito parecido com a primeira etapa de transição espanhola, quando foi possível, sob comando

conservador, trocar uma política econômica de ajuste ortodoxo por progressivas concessões no plano da institucionalização democrática.

O terceiro fator para o qual queríamos chamar a atenção se deu no âmbito sindical, com as greves que se iniciam no ano de 1977 e que acabaram obrigando o próprio governo autoritário a rever sua política salarial a partir de 1979.

Por fim chamaríamos a atenção para um outro momento e uma outra decisão estratégica que pesaram decisivamente na desmontagem do Estado Desenvolvimentista: a posição tomada por um grupo significativo de empresários paulistas em 77-78 a favor da redemocratização e contra o que condenavam uma presença excessiva do Estado na economia brasileira. Este manifesto anti-estatista e democrático apareceu no país como embrião de uma nova coalizão disposta a sustentar uma estratégia de desenvolvimento diferente da que vinha sendo seguida desde os anos 50. Uma estratégia que apontava para um capitalismo reformista cuja experimentação política mais próxima se deu com a experiência fracassada do ministro Funaro. Sendo interessante contudo sublinhar que o primeiro golpe dado contra aquela estratégia não veio do *atraso* que se queria deixar para trás, mas sim da própria modernidade paulista.

De qualquer maneira, o que gostaríamos de sublinhar, terminando, é que a ingovernabilidade atual deve, e muito, à opção do nosso empresariado de retirar-se da coalizão desenvolvimentista e vetar o capitalismo de estado proposto pelo governo Geisel, algo que poderíamos chamar de projeto prussiano. Há dois anos escrevi um artigo na Revista Ensaios da FEE "Sonhos prussianos, crises brasileiras", tentando defender a tese de que houve dois momentos em que o Brasil sonhou que podia ser a Prússia. A primeira tentativa foi com Vargas, em 1937, e durou cerca de três meses. A segunda foi conduzida por Geisel, em 1976, e durou alguns anos, mas também fracassou, ajudando a liquidar o regime autoritário. Não desconhecemos que o projeto nacionalista de Geisel, foi como vários outros, desaprovado pelo governo americano, depois da vitória conservadora de 78 e 79 da Srª Tachter e de Reagan ficou cada vez mais claro este veto internacional interposto pelos novos governos conservadores e pela nova e desregulada ordem financeira internacional. Desde então todas as tentativas nacionalistas fracassaram rotundamente, incluindo-se aí o *projeto nacional* do primeiro governo Miterrand. Finalizando gostaríamos de

ressaltar o outro lado da moeda, o do veto interno explicitado em 1977 por um empresariado que viu na estratégia Geisel um projeto nacionalista de capitalismo de estado que sempre foi intolerável para a maior parte de nossa burguesia. Neste sentido, há que se reconhecer, que a audácia prussiana do projeto do governo Geisel contribuiu decisivamente para romper com a solidariedade da coalizão liderada pelos militares durante tantos anos. Por esta brecha avançaram as oposições e a democracia, mas através dela também naufragou o Estado Desenvolvimentista e vem avançando de forma assustadora a ingovernabilidade brasileira.

Nota do Editor:

- Em 1991, pouco menos de cinco milhões de pessoas entregaram declarações do Imposto de Renda enquanto, segundo previsões da receita federal, 6,5 milhões deveriam entregá-las.
- Em 1990, a receita recebeu apenas 3,5 milhões de declarações.
  FONTE: *Zero Hora*, 8.8.91, p. 27
- A receita federal contabilizou este ano a apresentação de 5,5 milhões de formulários (pessoa física). 1,9 milhão tinham saldo a pagar, 3,2 milhões reclamaram restituições e 400 mil apresentaram declaração mas estavam isentos de imposto.
  Pagadores; 1,26% da população. (N.E.)
  FONTE: *Jornal do Brasil*, 11.12.91, p. 3.
- Pelo regime de tributação vigente, apenas 330 mil dos cerca de 2 milhões de pessoas jurídicas apresentarão declaração.
  1,35 milhões de micro-empresas estão isentas de tributação.
  FONTE: *Folha de São Paulo*, 26.12.91, p. 1-2, artigo de F.H. Cardoso.

Textos Publicados - 1992

001 - Luz, Madel T. O Corpo da Cidade, IMS/UERJ, Junho 1992. 12 p.

002 - Guimarães, Reinaldo. Proposta de Atuação para uma coordenação de ciência e tecnologia no Ministério da Saúde. 8 p.

003 - Fiori, José Luis. A política social do Governo Collor. 12 p.

004 - Werneck, Guilherme Loureiro; Reichenheim, Michael. Anos Potenciais de Vida Perdidos no Rio de Janeiro, 1985. As Mortes Violentas em Questão. 21 p.

005 - Reis, Elisa P. Brazil: The Politics of State Administration. 16 p.

006 - Camargo Jr., Kenneth Rochel de. Paradigmas, Ciência e Saber Médico. 20 p.

007 - Salem, Tania. Manuais modernos de auto-ajuda: uma análise antropológica sobre a noção de pessoa e suas perturbações. 36 p.